



ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



PREGÃO ELETRÔNICO

17/2026

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS SENDO CONJUNTO SEXTAVADO INFANTIL - CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 214-2026-PGE-SEDUC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 110.187,50 (CENTO E DEZ MIL CENTO E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 18/06/2026 ÀS 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	2
2. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO	2
3. DO PARCELAMENTO DO OBJETO.....	2
4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3
5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
10. HABILITAÇÃO	13
11. DOS RECURSOS.....	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

TODAS AS COTAÇÕES DE PREÇOS, QUANTIDADES, ORÇAMENTOS, VALORES PRÉVIOS E CÁLCULOS DE MÉDIA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SETOR QUE OS EFETUOU, NÃO CABENDO ASSIM QUALQUER RESPONSABILIDADE AO PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO (A) E À EQUIPE DE APOIO COM RELAÇÃO AOS MESMOS.

ID: 115.8AD - 0000664.69.02-2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Torna-se público que por meio da CPL Comissão Permanente de Licitações e Compras setor responsável pelas licitações, da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis Rondônia Av. Afonso Pena - nº 3370, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação De Empresa Para Aquisição De Mesas E Cadeiras Sendo Conjunto Sextavado Infantil - Conforme Termo De Convênio Nº 214-2026-Pge-Seduc.

- 1.1. Quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por **1 (um) único item**, conforme tabela constante no Termo de Referência.

2. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

- 2.1. O prazo de entrega do objeto será de 60 (sessenta) dias, que será realizada após a formalização da contratação mediante emissão do contrato.
- 2.2. O não atendimento do prazo fixado no item anterior poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021.
- 2.3. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações deste Termo.
- 2.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os objetos entregues não atendam as especificações deste Termo, poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a futura contratada providenciar a substituição dos objetos não aceitos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

3. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 3.1. A contratação não será parcelada, fundamentada no art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que veda o parcelamento quando a economia de escala, a redução de custos de gestão ou a maior vantagem na contratação recomendar a aquisição do item junto ao mesmo fornecedor.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



3.2. No caso em tela, o objeto — conjunto sextavado infantil monobloco composto por 06 mesas, 06 cadeiras e 01 mesa central — configura solução técnica integrada e padronizada, cuja fragmentação em lotes distintos comprometeria a uniformidade estética, funcional e ergonômica do mobiliário,

prejudicando a interoperabilidade pedagógica e a racionalização da manutenção, em desacordo com as diretrizes de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026, e com as especificações do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC.

3.3. Considerando a urgência na adequação das salas de aula da E.M.E.F. Severino Batista Costa e o prazo exíguo para execução do objeto pactuado, o parcelamento inviabilizaria a entrega simultânea dos 25 conjuntos, gerando descontinuidade no atendimento pedagógico, aumento de custos logísticos e administrativos, e risco de descumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas.

3.4. Dessa forma, a contratação global do objeto mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e juridicamente fundamentada no art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, padronização, eficiência na gestão contratual e pleno atendimento da necessidade pública, em conformidade com os princípios da nova legislação de licitações e com o interesse público educacional.

4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários para cobertura das despesas encontram-se no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Alto Alegre dos Parecis conforme segue:

AFonte 1042 (Convênio nº 214/2026/PGE-SEDUC) 4.4.90.52 404-1.500.0025.1001 R\$ 10.187,50 404-1.571.0000.0006 R\$ 100.000,00 VALOR TOTAL = R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas na data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Não poderão disputar esta licitação:

5.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

5.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.2 e 5.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 5.10. A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.2 e 10.29 deste Edital.
- 6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).**

6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá de R\$ 10,00 (dez reais).**

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

8.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



8.18.3. **Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.**

8.18.4. **No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**

8.19. **Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.**

8.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.2.2. Empresas brasileiras;

8.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1. [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



8.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

8.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.3.1. Contiver vícios insanáveis;

9.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



9.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Art. 58.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a





verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

10.3. Da Habilitação Jurídica;

10.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

10.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

10.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

10.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



10.12. Ficha e/ou Prospecto com as especificações técnicas fornecidas diretamente pelo fabricante comprovando o atendimento integral das condições exigidas nas especificações técnicas dos objetos.

10.13. Da Habilitação Fiscal e Trabalhista;

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.15. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver;

10.16. Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, conforme:

10.16.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.

10.17. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

10.18. Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

10.18.1. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora -Geral da Fazenda Nacional.

10.19. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

10.20. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.21. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

10.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um);

10.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.22.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.22.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



10.22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.22.5.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica, em nome da proponente.

10.23. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.24. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.25. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.26. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.27. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.28. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.29. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.30. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.31. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.32. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



10.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.34. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.35. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.36. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.37. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.29.

10.38. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.39. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.40. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





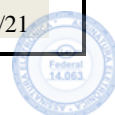
ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



- 11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://transparencia.altoalegre.ro.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. Fraudar a licitação
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<http://transparencia.altoalegre.ro.gov.br/>].





ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Finanças e Administração



14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Alto alegre dos Parecis Rondônia, 03 de junho de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n.º 14.133/2021).

1.1 O presente processo tem por objetivo a Contratação de empresa para Aquisição de Mesas e Cadeiras sendo conjunto sextavado infantil - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.

1.2. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de mobiliário escolar para atender às necessidades pedagógicas e estruturais da E.M.E.F. Severino Batista Costa, em estrita conformidade com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), alterada pela Lei nº 15.360/2026, que estabelece condições mínimas de infraestrutura e acessibilidade para as redes públicas de educação básica.

1.3. As condições gerais da contratação observam os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a padronização técnica, a segurança jurídica e o pleno atendimento ao interesse público educacional, com alinhamento direto às metas e especificações pactuadas no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC.

1.4. O objeto consiste na aquisição de Conjunto Sextavado Infantil Monobloco, composto por 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (uma) mesa central, com dimensões aproximadas de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, fabricado em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contra/tampo em polipropileno copolímero, acabamento texturizado e espessura mínima de parede de 3,5 mm, apresentando formato triangular na vista superior (menor na parte frontal e maior na posterior, próximo ao corpo do usuário).

1.5. As especificações técnicas nortearam a pesquisa de preços, realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, garantindo a compatibilidade com os valores de mercado, a isonomia competitiva e a correta aplicação dos recursos financeiros transferidos pela SEDUC-RO.

1.6. Considerando a extrema urgência na adequação das salas de aula e o cumprimento rigoroso do cronograma pactuado no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC, a entrega dos bens deverá ser imediata e integral, vedado o parcelamento ou a entrega fracionada que comprometa a continuidade das atividades pedagógicas.

1.7. O contratado deverá arcar com todos os custos logísticos, de embalagem e descarga no local indicado pela Administração, entregando os itens em perfeito estado de conservação e conformidade técnica, sob pena de aplicação das sanções administrativas, contratuais e de responsabilização previstas na legislação vigente, assegurando-se assim a otimização dos recursos públicos e a imediata qualificação do ambiente de ensino e aprendizagem.

1.8. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
01	Conjunto sextavado infantil monobloco conjunto composto de 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (um) mesa de central.	UNID.	25	R\$ 4.407,50	R\$ 110.187,50





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação

	mesa com dimensões aproximada de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, fabricada em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contra tampo em polipropileno copolímero e acabamento texturizado, e espessura mínima de parede de 3,5mm. a estrutura da mesa vista superior, apresenta um formato semelhante a um triângulo, sendo menor na parte frontal e maior na parte posterior, próximo ao corpo do usuário - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.				
Valor Total de R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)					

2. DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação decorre da necessidade urgente de adequação da infraestrutura pedagógica da E.M.E.F. Severino Batista Costa, em estrita conformidade com as condições mínimas de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), alterada pela Lei nº 15.360/2026, que estabelece parâmetros de conforto, ergonomia, segurança e acessibilidade para as redes públicas de educação básica.

2.2. A substituição do mobiliário antigo e inadequado por 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco é medida indispensável para garantir ambiente físico seguro, organizado e propício ao desenvolvimento das atividades educacionais, atendendo diretamente ao escopo pactuado no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC.

2.3. O objeto consiste na aquisição de Conjunto Sextavado Infantil Monobloco, composto por 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (uma) mesa central, com dimensões aproximadas de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, fabricado em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contratampo em polipropileno copolímero, acabamento texturizado e espessura mínima de parede de 3,5 mm, apresentando formato triangular na vista superior (menor na parte frontal e maior na posterior, próximo ao corpo do usuário). Tais especificações técnicas asseguram durabilidade, estabilidade e conforto postural, favorecendo a socialização, a autonomia e o desenvolvimento motor e cognitivo dos educandos, em alinhamento com as diretrizes pedagógicas da Educação Fundamental.

2.4. Considerando a extrema urgência na adequação das salas de aula e o cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro estabelecido no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC, faz-se necessária a entrega imediata e integral dos 25 conjuntos, vedado o parcelamento ou a entrega fracionada que possa comprometer a continuidade das atividades pedagógicas ou ensejar descumprimento das metas qualitativas e quantitativas do ajuste.

2.5. A contratação, portanto, mostra-se técnica, operacional e juridicamente fundamentada, visando assegurar condições dignas de permanência estudantil, contribuir para a elevação dos indicadores educacionais do município e promover a qualidade do ensino público municipal, em estrita observância às diretrizes legais e ao interesse público educacional.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

2.6. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade administrativa da aquisição, com fundamentação técnica consistente, aderência ao ETP e impacto direto na melhoria do acesso, permanência e qualidade do ensino, legitimando a continuidade do processo de contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Deve-se observar (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.2. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.3. Na presente contratação não haverá indicação de marcas, uma vez que se torna inviável ao procedimento, uma vez que tal citação não se encontra mencionada no ETP.

3.4. Certificação Ambiental - Os produtos devem atender aos requisitos ambientais necessários para obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), reconhecendo-os como sustentáveis ou de menor impacto ambiental em comparação aos similares.

4. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de entrega do objeto **será de 60 (sessenta) dias**, que será realizada após a formalização da contratação mediante emissão do contrato.

4.2. O não atendimento do prazo fixado no item anterior poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações deste Termo.

4.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os objetos entregues não atendam as especificações deste Termo, poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a futura contratada providenciar a substituição dos objetos não aceitos, no prazo máximo de 15 (dez) dias corridos.

5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1. Os objetos deveram ser fornecidos, novos, sem uso, devidamente embalados.

5.2. O transporte dos produtos, bem como a descarga, ocorrerá por conta e risco da Contratada o qual deverá entregar no prazo estipulado, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

5.3. Para a perfeita execução da aquisição produtos, a Contratada deverá realizar a entrega dos produtos, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: (Conforme detalhado item 1.8).

5.4. Se a especificações/condições não corresponder às especificações exigidas neste Termo de Referência, o produto apresentado deverá ser recolhido pela licitante vencedora para substituição ou





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

correção no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da ciência formal do fato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5. O contrato de fornecimento será formalizado mediante recebimento ou retirada da nota de empenho pela(s) licitante(s) vencedora(s).

5.6. Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega do objeto com as devidas garantias inclusas, não podendo repassar nenhum do objeto desta licitação a outra empresa.

5.7. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir a presente contratação.

5.8. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega do objeto.

5.9. Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

5.10. Caso o produto fornecido apresente alguma alteração com o que foi apresentado no projeto inicial, e dessa forma, não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a semec rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa Contratada a providenciar a substituição ou reparação dos bens não aceitos no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos.

6. DA EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO:

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante na Lei 14.133/21 e suas alterações, desde que:

- a) Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto Licitado;
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Termo de Referência.

6.2. O critério de julgamento será de menor preço por item e para fins de habilitação a empresa que ofertar menor preço deverá apresentar os seguintes documentos;

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data prevista para início da sessão pública do pregão.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

6.3. Licitante deverá juntamente com os documentos previstos no edital, entregar todos os documentos, sob pena de desclassificação.

6.4. Detalhamento da Qualificação Técnica: Será exigido o Atestado de Capacidade Técnica (ACT) para esclarecer a entrega de objeto semelhante, para fins de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/21.

7. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

7.1. A obrigação de fornecimento decorrentes desta licitação serão formalizados mediante recebimento ou retirada da nota de empenho pela(s) licitante(s) vencedora(s).

7.2. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender todos os pedidos de empenhados e efetuando a entrega em uma única vez no prazo estipulado no item 4.1 deste Termo de Referência.

7.3. Os produtos deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal Eletrônica, bem como com as documentações de regularidades fiscais. A Nota Fiscal, o Certificado e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

7.4. A(s) licitante(s) vencedora(s), quando do recebimento da nota de empenho, deverá(ão) colocar o recebido na cópia ou dar recebido no e-mail que lhe foi encaminhado o empenho, colocando necessariamente data e hora em que a houver recebido, atestando seu recebimento, além da identificação da pessoa que a recebeu.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Fiscalizar a entrega do produto verificando seu quantitativo e qualificação conforme descrição.

8.2. Notificar o fornecedor contratado sobre eventuais atrasos na entrega dos produtos e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência;

8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, fixando prazo para a regularização.

8.4. Efetuar o pagamento à contratada, no prazo estipulado, após o recebimento do material, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente.

09. DAS PENALIDADES:

9.1. O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração.

9.2. Pelo descumprimento da obrigação, a contratada sujeita-se às sanções previstas na Lei 14.133/2021, capítulo I do Título IV:





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

9.3. A contratada estará sujeita à multa de 1% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido no item 4. deste Termo, limitado a 20% do valor do contrato.

9.4. A inexecução total do contrato poderá estar configurada, garantido o contraditório e a ampla defesa, entre outras hipóteses:

a) Quando a multa estabelecida no item 09.3 for igual ou superior a 20%.

9.5. Configurada a inexecução total do contrato, poderá ser aplicada à contratada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

9.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a contratante a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções elencadas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

9.7. O valor da multa poderá ser descontado da fatura ou documento correspondente a ser emitido pela contratada.

9.8. Se o valor da fatura ou documento correspondente forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.

9.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.10. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021 e em regulamento interno da contratante, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.11. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10. DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado a contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o a execução dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente e acompanhada das certidões fiscais, por meio de ordem bancária, em moeda corrente.

10.2. Na nota fiscal fica o fornecedor obrigado a informar o enquadramento legal de tributação no respectivo documento fiscal, afim de cumprir o disposto no DECRETO 277/2023 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, bem como demais legislação pertinente a tributação, conforme a LEI 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 e, também, na INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 1.234, DE 2012.

11. DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL:

O valor estimado para aquisição dos objetos é de **R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**

11.1. Os recursos orçamentários para cobertura das despesas encontram-se no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO conforme segue:





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

Fonte 1042 (Convênio nº 214/2026/PGE-SEDUC)	
4.4.90.52	
404-1.500.0025.1001	R\$ 10.187,50
404-1.571.0000.0006	R\$ 100.000,00
VALOR TOTAL = R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)	

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Se dará em conformidade (com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021).

13. Fiscalização

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Fiscalização Técnica (conforme o decreto 370/2023, 11 de dezembro de 2023).

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o ateste na nota fiscal aferida pela comissão de recebimento desta Secretaria.

14.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.2.1 Não produzir os resultados acordados,

14.2.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.2.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15. Do recebimento

15.1. Os produtos será recebido provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação de cobrança acompanhada da comprovação da entrega.

15.2. O recebimento provisório será formalizado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, como a verificação das especificações.

15.3. Os produtos/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações. O recebimento definitivo caberá ao Gestor do Contrato ou comissão designada, após a análise dos relatórios da fiscalização.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de sua responsabilidade.

16. Liquidação

16.1. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

16.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

16.3. O prazo para liquidação da despesa é de dez dias úteis, prorrogável por igual período.

16.4. A regularidade fiscal da contratada será verificada antes da liquidação/pagamento.

17. Alteração do Contrato

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, bem como mediante simples apostilamento nos casos permitidos.

18. Extinção do Contrato

A extinção do contrato observará o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19. Cessão de Crédito

19.1. Não haverá a cessão de crédito, contudo deve observar o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, e dependerá de prévia aprovação da Contratante, formalizada por termo aditivo.

19.2. O crédito a ser pago à cessionária será o mesmo que seria destinado a cedente, não afetando a execução do objeto.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

20.1. A seleção do fornecedor dar-se-á por meio de pregão eletrônico, conforme o seguinte disposto:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

21. Regime de execução (em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021).

21.1. O regime de execução da presente contratação será o de fornecimento de bens, por meio de para Aquisição de Mesas e Cadeiras sendo conjunto sextavado infantil - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.

22. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

22.1. O custo estimado total da contratação será definido com base em pesquisa de mercado, conforme os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e constará em documento separado nos autos do processo. O orçamento estimado final comporá o Termo de Referência.

Valor Total de **R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

23. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

23.1. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente consultado a Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO.

23.2. A contratante e a contratada declaram o Foro da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO, para dirimir qualquer dúvida que possam surgir na execução do presente contrato, que não sejam resolvidas internamente.

Alto Alegre dos Parecis – RO, 20 de maio de 2026.

Elaborado por:

Thierly Peisino Pereira
Divisão monitoramento escolar
Matricula Nº 2813

Aprovado por:

Claudineia Blásius Frata
Secretária Municipal de Educação
Matricula Nº 2719
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65*. **2-*4 em **21/05/2026 09:16:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0960.6K16.746X.U85R.0863**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54*. **2-*7 em **20/05/2026 12:47:57**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12U4.2W47.0573.E673.0003**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.29D.B31** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54*. **2-*7 , em **20/05/2026 - 12:47:57**

Código de Autenticidade deste Documento: 1260.5W47.757A.X482.2263

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 DO OBJETO

O presente estudo determina a necessidade de Contratação de empresa para Aquisição de Mesas e Cadeiras sendo conjunto sextavado infantil - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.

1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
01	Conjunto sextavado infantil monobloco conjunto composto de 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (um) mesa de central. mesa com dimensões aproximada de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, fabricada em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contra tampo em polipropileno copolímero e acabamento texturizado, e espessura mínima de parede de 3,5mm. a estrutura da mesa vista superior, apresenta um formato semelhante a um triângulo, sendo menor na parte frontal e maior na parte posterior, próximo ao corpo do usuário - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.	UNID.	25	R\$ 4.407,50	R\$ 110.187,50
Valor Total de R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)					

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente contratação visa suprir a carência de mobiliário escolar adequado na E.M.E.F. Severino Batista Costa, substituindo peças obsoletas e ergonomicamente inadequadas por 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco, compostos por mesa, cadeira e mesa central. O Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, ainda que com nove unidades escolares, dispõe de orçamento restrito para investimentos imediatos em infraestrutura, motivo pelo qual a demanda será executada por meio de recursos transferidos via Termo de Convênio nº 214/2026/PGE-SEDUC.

2.2. Sob a perspectiva técnica e pedagógica, a aquisição é indispensável para garantir conformidade com as condições mínimas de infraestrutura previstas na Lei nº 15.360/2026 e com os padrões de segurança e acessibilidade exigidos para a Educação Básica. As especificações do objeto (termoplástico de engenharia injetado em polipropileno copolímero, espessura mínima de 3,5mm, dimensões ergonômicas e formato triangular na vista superior) asseguram durabilidade, estabilidade e conforto postural, reduzindo riscos de acidentes e fadiga física durante a permanência em sala. O desenho sextavado e interativo otimiza o layout das salas, estimula a socialização, a autonomia e o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, além de fomentar a dinâmica de trabalho colaborativo e aprendizagem ativa.

2.3. A contratação é tecnicamente fundamentada e alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos nos arts. 18, §1º, I, e 20 da Lei nº 14.133/2021, que vedam a aquisição de bens supérfluos e exigem que a solução atenda estritamente à necessidade pública. Sua execução qualificará o ambiente escolar, assegurará condições adequadas de permanência estudantil, contribuirá para a elevação dos indicadores de qualidade do ensino (IDEB) e garantirá o fiel





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

cumprimento do objeto pactuado no Termo de Convênio, entregando infraestrutura segura, organizada e propícia ao processo de ensino-aprendizagem.

3. DA AREA REQUISITANTE

A presente demanda de contratação teve origem na Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M.E.F.) Severino Batista Costa, unidade escolar integrante da rede municipal de ensino de Alto Alegre dos Parecis/RO, sob a direção da servidora Josiane Michelle Gomes, matrícula nº 1705, que, no exercício de suas atribuições legais e em consonância com as necessidades pedagógicas e estruturais da instituição, identificou a carência de mobiliário escolar adequado para atender os educandos da Educação Fundamental, formalizando a requisição para aquisição de 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco, com o propósito de adequar o ambiente físico das salas de aula às exigências de conforto, ergonomia, segurança e acessibilidade, em estrita observância às diretrizes educacionais municipais e às normas técnicas aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

É requisito para esta contratação a comprovação das habilitações fiscal, social e trabalhista, que serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- VII. Visto que se trata de aquisição de Equipamento/material permanente de alto custo, certifica-se de que estejam cobertos por garantia adequada e que os fornecedores ofereçam suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo serviços de manutenção e reparo.

Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

4.1 Do Objeto:

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar consiste na aquisição de 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco, compostos por 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (uma) mesa central, fabricados em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contra-tampo em polipropileno copolímero, acabamento texturizado e espessura mínima de parede de 3,5mm, com dimensões aproximadas de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, e formato triangular na vista superior, destinados à E.M.E.F. Severino Batista Costa, em estrita observância às especificações técnicas do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC, às disposições da Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

15.360/2026, que estabelece condições mínimas de infraestrutura para escolas públicas de educação básica, e aos princípios e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, visando garantir mobiliário ergonômico, seguro e pedagogicamente adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais.

4.2. Prazo de Entrega/ Execução:

O prazo para execução dos serviços será de 60 (dias) contados da emissão do contrato.

5. LEVANTAMENTO DE PREÇOS E PESQUISA DE MERCADO

5.1. A pesquisa de preços foi conduzida em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, adotando-se como método de apuração a média aritmética dos valores coletados em fontes oficiais e confiáveis, com exclusão de propostas inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevadas, conforme critérios objetivos previamente definidos. A estimativa considerou as especificações técnicas do objeto — conjunto sextavado infantil monobloco em termoplástico de engenharia, com dimensões e acabamento conforme Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC —, assegurando a comparabilidade entre as cotações e a adequação às necessidades pedagógicas e ergonômicas previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026.

5.2. Foram consultados, de forma combinada, os seguintes parâmetros: (i) preços registrados em contratações similares da Administração Pública, executadas ou em vigor no período de 12 meses anteriores, por meio do Painel de Preços e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); (ii) cotações diretas com, no mínimo, três fornecedores especializados no ramo de mobiliário escolar, mediante solicitação formal com descrição detalhada do objeto; e (iii) dados de sítios eletrônicos especializados e tabelas de referência do setor, atualizados no momento da pesquisa. Todos os valores foram ajustados monetariamente à data-base da estimativa, observando-se a potencial economia de escala decorrente da aquisição de 25 (vinte e cinco) unidades.

5.3. O valor estimado da contratação, fixado em R\$ 110.187,50 (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), com preço unitário de referência de R\$ 4.407,50 por conjunto, demonstra compatibilidade com os preços de mercado e viabilidade orçamentária, atendendo integralmente ao objeto pactuado no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC e às diretrizes de infraestrutura escolar estabelecidas na LDB. A metodologia aplicada garante transparência, economicidade e isonomia, fundamentando tecnicamente a escolha da solução e assegurando que a aquisição proporcione mobiliário adequado ao desenvolvimento infantil, em conformidade com os princípios da nova legislação de licitações e com o interesse público educacional.

5.4. Logo, verifica-se que a pesquisa de preços, ajustada ao levantamento de mercado, resultou nos valores abaixo relacionados, conforme documento acostado aos autos do processo, cujos respectivos IDs COTAÇÃO DE PREÇO são os seguintes: ID: 2.295.4CD ID: 2.295.64E ID: 2.295.7BC ID: 2.295.CC0 ID: 2.295.D68 ID: 2.295.E36 ID: 2.296.1C2.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução contratada consiste na aquisição de 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco, compostos por 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (uma) mesa central, fabricados em termoplástico de engenharia injetado com estrutura integrada ao contratampo em polipropileno





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

copolímero, acabamento texturizado e espessura mínima de parede de 3,5mm. As mesas possuem dimensões aproximadas de altura de 593 mm, largura de 616 mm e profundidade de 487 mm, com formato triangular na vista superior (menor na parte frontal e maior na posterior), atendendo às especificações técnicas do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC e às condições mínimas de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026.

6.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, situado à Av. Afonso Pena, nº 3370, Bairro Centro, CEP 76.952-000, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio e apresentação de nota fiscal, com conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento provisório. O fornecedor deverá garantir o transporte adequado, a embalagem protetora e a descarga dos materiais no local indicado, arcando com todos os custos logísticos e riscos até a efetiva entrega e aceitação pela Administração, em conformidade com as regras de execução contratual da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A solução contempla ainda a obrigatoriedade de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica especializada para reposição de peças e reparos, assegurando a durabilidade e a funcionalidade dos conjuntos ao longo de seu ciclo de vida útil. Os materiais deverão ser resistentes ao uso intensivo em ambiente escolar, de fácil higienização, atóxicos e isentos de substâncias nocivas à saúde infantil, em atendimento às normas técnicas da ABNT e aos requisitos de segurança e sustentabilidade aplicáveis a mobiliário educacional.

6.4. Por fim, a descrição da solução considera todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até a destinação final ambientalmente adequada, incluindo logística reversa para componentes recicláveis, quando aplicável. A padronização dos conjuntos favorece a racionalização de futuras aquisições, a interoperabilidade com o acervo existente e a redução de custos de manutenção, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e contribuindo para a qualificação do ambiente pedagógico da E.M.E.F. Severino Batista Costa.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

7.1. A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento de demanda realizado pela E.M.E.F. Severino Batista Costa, considerando o número aproximado de 149 (cento e quarenta e nove) educandos matriculados na Educação Fundamental e a necessidade de adequação de, no mínimo, 5 (cinco) salas de aula. Para atender a essa demanda, foram dimensionados 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco, cada um composto por 06 (seis) mesas, 06 (seis) cadeiras e 01 (uma) mesa central, quantidade suficiente para promover a substituição integral do mobiliário inadequado e reduzir em pelo menos 70% o uso de equipamentos em desconformidade com as condições mínimas de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026.

7.2. O cálculo das quantidades observou critérios técnicos e pedagógicos, considerando a relação aluno/mobiliário, a ergonomia adequada à faixa etária dos estudantes e a otimização do espaço físico das salas de aula, em conformidade com as especificações do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC. A estimativa foi fundamentada em memória de cálculo anexa, que considera o perfil de consumo, a capacidade de atendimento por conjunto e a projeção de uso intensivo em ambiente escolar, assegurando economicidade, evitar desperdícios e garantir o pleno atendimento da necessidade pública identificada, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A estimativa se deu conforme a solicitação oriunda no DFD e, sendo necessário para atender tal solicitação a estimativa já descrita no item 1.1.

8. ESTIMATIVA DE PREÇO





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

O Preço estimado em **R\$ R\$ 110.187,50** (cento e dez mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação não será parcelada, fundamentada no art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que veda o parcelamento quando a economia de escala, a redução de custos de gestão ou a maior vantagem na contratação recomendar a aquisição do item junto ao mesmo fornecedor.

9.2. No caso em tela, o objeto — conjunto sextavado infantil monobloco composto por 06 mesas, 06 cadeiras e 01 mesa central — configura solução técnica integrada e padronizada, cuja fragmentação em lotes distintos comprometeria a uniformidade estética, funcional e ergonômica do mobiliário, prejudicando a interoperabilidade pedagógica e a racionalização da manutenção, em desacordo com as diretrizes de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026, e com as especificações do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC.

9.3. Considerando a urgência na adequação das salas de aula da E.M.E.F. Severino Batista Costa e o prazo exíguo para execução do objeto pactuado, o parcelamento inviabilizaria a entrega simultânea dos 25 conjuntos, gerando descontinuidade no atendimento pedagógico, aumento de custos logísticos e administrativos, e risco de descumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas.

9.4. Dessa forma, a contratação global do objeto mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e juridicamente fundamentada no art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, padronização, eficiência na gestão contratual e pleno atendimento da necessidade pública, em conformidade com os princípios da nova legislação de licitações e com o interesse público educacional.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATA OU INTERDEPENDENTES

10.1. Em cumprimento ao disposto no inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento analisou a existência de contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar a aquisição dos 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco destinados à E.M.E.F. Severino Batista Costa.

10.2. Concluiu-se pela inexistência de contratações interdependentes, uma vez que o objeto não demanda serviços ou aquisições prévias essenciais para sua operacionalização, nem sua eficácia depende estritamente de outras contratações em curso, tratando-se de aquisição autônoma de mobiliário escolar que atende diretamente às condições mínimas de infraestrutura previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026, e às especificações do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC.

10.3. Considerando a urgência na adequação das salas de aula e o prazo exíguo para execução do objeto pactuado, a contratação foi dimensionada de forma isolada e suficiente para atender à demanda identificada, sem vinculação a outros processos licitatórios ou aquisições correlatas, assegurando





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

celeridade na entrega imediata dos bens e evitando riscos de descontinuidade ou atrasos decorrentes de interdependências.

10.4. A pesquisa de preços, realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerou exclusivamente as especificações técnicas do mobiliário, garantindo economicidade, competitividade e pleno atendimento da necessidade pública prioritária, em conformidade com os princípios da eficiência e do interesse público educacional.

11. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Esclarecemos que Contratação de empresa para Aquisição de Mesas e Cadeiras sendo conjunto sextavado infantil - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC, ora pretendida não constava originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026. Tal fato ocorre em virtude de tratar-se de objeto vinculado a Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC, cuja liberação e definição do objeto pelo órgão concedente ocorreram em momento posterior à elaboração do referido planejamento anual.

Esta aquisição encontra-se, todavia, em perfeita consonância com os objetivos estratégicos e as metas da Secretaria Municipal de Educação, sendo o investimento indispensável para o aprimoramento da logística e o atendimento aos usuários da rede básica de ensino municipal. A despesa está devidamente amparada pelo Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC, e possui respaldo na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, conforme o devido suporte legal (Lei Ordinária nº 2228/2026).

A administração municipal reafirma que a contratação segue os parâmetros e as normas de governança estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. Assim, a presente instrução processual supre a necessidade de planejamento, demonstrando a excepcionalidade da demanda e a disponibilidade dos recursos orçamentários necessários para a sua efetiva execução, garantindo a transparência e a legalidade do processo de aquisição.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A contratação visa alcançar como resultado primário a adequação imediata da infraestrutura pedagógica da E.M.E.F. Severino Batista Costa, em estrita conformidade com as condições mínimas de infraestrutura escolar previstas na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026, e com o escopo pactuado no Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC. A entrega imediata dos 25 conjuntos sextavados infantis monoblocos eliminará o uso de mobiliário obsoleto e ergonomicamente inadequado, garantindo condições dignas, seguras e acessíveis para os educandos da Educação Fundamental e assegurando o fiel cumprimento das metas físicas e financeiras do ajuste.

12.2. Sob a perspectiva pedagógica, espera-se a otimização do processo de ensino-aprendizagem por meio de um ambiente físico organizado e estimulante, que favoreça a socialização, a autonomia e o desenvolvimento psicomotor e cognitivo dos estudantes. O layout interativo e colaborativo proporcionado pelo mobiliário sextavado permitirá a adoção de metodologias ativas, a redução de queixas relacionadas ao desconforto físico e o aumento do engajamento discente, fatores diretamente associados à melhoria dos indicadores educacionais municipais, em especial o IDEB, e à valorização do espaço escolar como ambiente propício à permanência e ao sucesso acadêmico.

12.3. A execução da contratação observará a entrega imediata dos bens, condição indispensável para o cumprimento dos prazos exíguos e das metas qualitativas estabelecidas no Termo de Convênio, mitigando riscos de descontinuidade pedagógica e de irregularidade perante a SEDUC-RO. A





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

estimativa de preços, realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurou a compatibilidade do valor global com as práticas de mercado, garantindo economicidade, transparência e a aplicação eficiente dos recursos transferidos, sem superdimensionamento ou aquisição de itens supérfluos, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da nova legislação de licitações.

12.4. Por fim, os resultados pretendidos estendem-se à sustentabilidade do patrimônio público, com a aquisição de mobiliário de alta durabilidade (termoplástico de engenharia com espessura mínima de 3,5mm), de fácil higienização e baixa necessidade de manutenção corretiva, reduzindo custos futuros de reposição e gestão. A concretização desta contratação fortalecerá a gestão educacional municipal, assegurando a plena fruição do objeto pelos beneficiários finais, a consolidação de um modelo de ensino público eficiente e seguro, e o alinhamento definitivo da infraestrutura da escola às diretrizes nacionais e estaduais de qualidade da educação básica.

13. DA SUSTENTABILIDADE

13.1. Em atendimento ao inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foram identificados como possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação:

- I.** geração de resíduos sólidos na produção e embalagem dos conjuntos sextavados;
- II.** emissões de gases de efeito estufa no transporte dos bens do fornecedor até o Almoxarifado Municipal;
- III.** consumo de recursos naturais não renováveis na fabricação do termoplástico de engenharia; e
- IV.** destinação final inadequada dos bens ao término de sua vida útil. Tais impactos foram avaliados como de baixa magnitude, considerando o porte da aquisição (25 unidades) e a natureza do objeto, sendo passíveis de mitigação por meio de medidas técnicas e contratuais adequadas.

13.2. Como medidas mitigadoras, o edital e o contrato exigirão:

- I.** que os conjuntos sejam fabricados em polipropileno copolímero, material termoplástico reciclável e passível de reaproveitamento, com preferência por fornecedores que adotem processos produtivos com eficiência energética e uso de matéria-prima com conteúdo reciclado;
- II.** que a embalagem dos bens seja realizada com materiais biodegradáveis ou recicláveis, minimizando a geração de resíduos plásticos;
- III.** que o transporte seja realizado em veículos com manutenção preventiva e, quando possível, com frota de menor emissão de poluentes; e
- IV.** que o contratado apresente, quando aplicável, plano de logística reversa para recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos componentes ao final da vida útil dos bens, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

13.3. Adicionalmente, a contratação observará os princípios do desenvolvimento sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, integrando as dimensões ambiental, social e econômica na seleção da solução. A durabilidade mínima dos conjuntos (garantia de 12 meses), a resistência do material a impactos e a facilidade de higienização reduzem a necessidade de substituições frequentes, diminuindo o consumo de recursos e a geração de resíduos ao longo do ciclo de vida do objeto. A exigência de atestados de conformidade com normas técnicas da ABNT e certificações ambientais, quando disponíveis, assegurará a qualidade e a sustentabilidade dos produtos adquiridos.

13.4. Por fim, a execução da contratação estará alinhada ao Plano de Logística Sustentável do Município (quando existente) e às diretrizes de sustentabilidade da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, promovendo a conscientização dos educandos sobre consumo responsável e preservação ambiental. A aquisição, portanto, não apenas atende à necessidade imediata de adequação da





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

infraestrutura da E.M.E.F. Severino Batista Costa, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e para a consolidação de práticas públicas ambientalmente responsáveis, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da nova legislação de licitações.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.

14.1. A Secretaria designará através de Portaria, servidores para atuarem na fiscalização /recebimento do objeto deste estudo.

14.2. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, dentre elas:

- a) elaboração de Termo de Referência;
- b) elaboração de pesquisa de preços;
- c) elaboração de minuta do edital; (se for o caso)
- d) elaboração de minuta do contrato; ETP - Estudo Técnico Preliminar
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, caso haja;
- g) publicação e divulgação do edital e anexo; (se for o caso)
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) assinatura e publicação do contrato.

15. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Referência: Secretaria Municipal de Educação
Unidade: SEMEC
UASG: 02.

15.1. Por meio do memorando e DFD – documento de formalização de Demanda, a Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Alegre dos Parecis -RO, atesta a necessidade do processo licitatório, para atender à demanda da E.M.E.F. Severino Batista Costa, fundamentando-se no Art. 6º XLI - Pregão, da lei 14.133/2021:

a) Contratação de empresa para Aquisição de Mesas e Cadeiras sendo conjunto sextavado infantil - conforme Termo de Convênio nº 214-2026-PGE-SEDUC.

15.2. No intuito de que seja apresentado, DFD -documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, projeto básico, se for o caso, e realizada a análise de riscos, se for o caso, CONVOCO os seguintes membros para compor Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que serão coordenados pelo primeiro:

- I.** Micheli Kalk de Souza - Matrícula 2565 – Setor Pedagógico
- II.** Thierly Peisino Pereira – Matrícula 2813 - Divisão monitoramento escolar
- II.** Josiane Michelle Gomes - Matrícula 1705 - Diretora Escolar

15.3. Encaminhem -se os autos ao coordenador da EPC, para providências, comunicando - se os integrantes e ao Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Claudinéia Blásius Frata
Secretária Municipal de Educação





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação

Matrícula Nº 2719
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO

16.1. Diante dos estudos técnicos realizados, declara-se a plena viabilidade da aquisição de 25 (vinte e cinco) conjuntos sextavados infantis monobloco destinados à E.M.E.F. Severino Batista Costa, uma vez que a contratação atende aos requisitos legais e técnicos previstos na Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 15.360/2026, e às especificações do Termo de Convênio nº 214/2026-PGE-SEDUC. A pesquisa de preços, conduzida nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, demonstrou compatibilidade entre o valor estimado (R\$ 110.187,50) e os praticados no mercado, assegurando economicidade, competitividade e adequada aplicação dos recursos públicos transferidos.

16.2. Considerando a urgência na adequação da infraestrutura pedagógica e o prazo exíguo para execução do objeto pactuado, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e orçamentária da contratação, sendo imprescindível a entrega imediata dos bens para evitar descontinuidade do atendimento educacional e garantir o fiel cumprimento das metas qualitativas e quantitativas do ajuste. A aquisição mostra-se razoável, necessária e adequada ao interesse público, promovendo condições dignas de ensino-aprendizagem, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.3. A aquisição pretendida mostra-se viável, atende adequadamente à demanda formulada e às diretrizes legais, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis considerando que no mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência.

Elaborado por:
Micheli Kalk de Souza
Matrícula 2565

Aprovado por:

Claudinéia Blásius Frata
Secretária Municipal de Educação
Matrícula Nº 2719
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.

Obs: Inserido por Thierly Peisino Pereira - Divisão monitoramento escolar Matrícula Nº 2813, assinado/aprovado e elaborado por Micheli Kalk de Souza - Matrícula 2565 – Setor Pedagógico e aprovado por Claudinéia Blásius Frata Matrícula 2719.





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65*. **2-*4 em **20/05/2026 11:52:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1136.3H52.7437.H643.4306**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MICHELI KALK DE SOUZA**, CPF: 702.80* **2-*1 em **20/05/2026 11:05:08**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11A1.3205.508W.R47E.0802**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.29B.682** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP.**

Elaborado por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54* **2-*7, em **20/05/2026 - 10:58:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 1037.5W58.015K.421V.4786

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



CONTRATO Nº XX/XXX/XXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM
ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO** E A
EMPRESA **XXXXXX – XXXXXX X XXXXX**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro à Av. Afonso Pena, n.º 3370, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 84.744.994/0001-40, representado pelo seu representante legal, **DENAIR PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXX - XXXXXX**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº XXX com sede na XXXXXXXX, nº XXXX XXXXX, bairro XXXXX, Município de XX – CEP: XXXX, neste ato legalmente representada pelo (a) Srº **XXXXXX** RG sob nº. XX.XXX.XXX-X SSP/SP daqui em diante simplesmente designado **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente instrumento, proveniente de processo administrativo nº **ID: XX.XXX - XXXXXX.XX.XX-XXXX /XXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de acordo com o Pregão eletrônico nº XX, Recursos Oriundos. XXXXX mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXX**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de **XXX (XXX) dias** a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado conforme interesse das partes ou por interesse exclusivo da Administração, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo para entrega do objeto será de **XXX (XXXXX) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu término, uma vez comprovados os motivos elencados e respeitando o prazo/vigência Contratual.
- 2.2. Os prazos poderão ser prorrogados, quando o objeto não for concluído/entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



2.3. Os dias do começo e do vencimento dos referidos prazos serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com sábados, domingos, feriados ou durante recesso.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR PACTUADO

5.1. A CONTRATANTE pagará a Contratada o valor de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, ficando o pagamento condicionado:

a) A apresentação de nota fiscal acompanhada das certidões negativas de Municipal e Estadual, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Trabalhista e Certidão de Regularidade de FGTS (CRF);

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de vigência do instrumento contratual, no prazo de 12 meses, após esse referido período poderá ser reajustado pelo XXXXXXXXXXXX, mediante prévio requerimento da contratada.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. O reajuste será realizado por apostilamento.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 8.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.0. São obrigações do Contratado, além das previstas no Termo de Referência:
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.2. Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidade relativa à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
 - 9.3. A Empresa contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
 - 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.5. Obrigatório à contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.12. Apresentar o preposto da empresa para a execução dos serviços;

9.13. Responsabilizar-se pela entrega do objeto, objeto do Contrato, respeitando em especial o prazo de entrega estabelecido, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, ou não, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante ou a terceiros;

9.14. Efetuar a entrega do objeto deste contrato de acordo com as especificações constante no Termo de Referência;

9.15. Executar todos os serviços, inclusive a entrega, com mão-de-obra qualificada, devendo o contratado respeitar as normas técnicas aplicáveis ao objeto do contrato;

9.16. Deverá a contratada no ato da entrega do produto apresentar certificado de garantia com validade mínima de 12 meses. Apresentar junto ao certificado de garantia do produto declaração de assistência técnica.

9.17. A empresa facilitará a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE do Recurso, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Contrato, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados. Permitindo ainda livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos, informações, registros contábeis, referente ao objeto deste Contrato, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



9.18. O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

9.19. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelo motivo que somente efetuará o pagamento após a efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços ou produtos públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



- a. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d. **Multa**: compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e das obrigações contratuais;

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
--

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- a) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- c) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- d) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- e) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- f) Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento: XXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se tratando de ato facultativo de acordo com o art. 176 da lei 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, além de publicar, em diário oficial, as informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre dos Parecis/RO, XX de XXXX de 2025.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Procuradoria-Geral do Município

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal – Contratante

XXXXXXXXXXXX
Contratada

LETICIA SESQUIM
Procuradora - Geral do Município
OAB/RO 8733





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**,
CPF: 815.92*. **2-*8 em **03/06/2026 09:36:42**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
0991.7V36.8427.Z70K.8210, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.2EF.CEC** - Tipo de Documento: **EDITAL - Nº 8/SEMFA/2026/**.

Elaborado por **KESIA FERREIRA DA SILVA LAURO**, CPF: 039.88*. **2-*9 , em **03/06/2026 - 09:31:24**

Código de Autenticidade deste Documento: 0934.6931.124Z.E03X.0023

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>

